



Os Situacionistas e o ato analítico: uma possível articulação?

Danielle Curi

Psicóloga. Psicanalista. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Curso de Especialização em Psicologia do IEC/Puc Minas.

Resumo

Neste texto, pretendo desenvolver aproximações possíveis entre a criação de situações propostas pela Internacional Situacionista, sobretudo no início da formação do grupo, e o ato analítico, como teorizado por Lacan em seu seminário “O ato psicanalítico”. Vale ressaltar que Lacan ministrou tal seminário no ano letivo de 1967/1968, época marcada pelas questões políticas do momento na França, as quais resultaram na interrupção de suas aulas devido à greve geral dos estudantes e dos trabalhadores.

Palavras-chave: Internacional Situacionista; criação de situações; ato analítico; Psicanálise.

Abstract

In this paper, I intend to develop possible approaches between the creation of situations proposed by the Situationist International, especially at the beginning of the group's formation, and the analytic act, as theorized by Lacan in his seminar “The Psychoanalytic Act”. It is worth noting that Lacan taught this seminar in the academic year of 1967/1968, a period marked by the political issues of the moment in France, which resulted in the interruption of his classes due to the general strike of students and workers.

Keywords: Situationist International; creation of situations; analytic act; Psychoanalysis.

Sobre o ato analítico: uma introdução

Se devemos introduzir, e necessariamente, a função do ato no nível da psicanálise, é enquanto este fazer psicanalítico implica profundamente o sujeito. Que, para dizer a verdade, e graças a essa dimensão de sujeito, que renova para nós completamente o que pode ser enunciado do assunto, como tal, e que se chama o inconsciente, este sujeito, na psicanálise, está, como já formulei, colocado em ato.

Jacques Lacan.

Em seu texto *Recordar, repetir e elaborar*, Freud (1969) aborda o ato na perspectiva da atuação, opondo-se à recordação, com o objetivo de dizer que, ao invés de ser recordado, o que foi recalcado é expresso em uma ação, na forma de uma repetição. O autor acrescenta, ainda, que a repetição ocorre na transferência, o que levaria o paciente a repetir suas inibições, sintomas e angústias quando não consegue recordá-las.

Já no *Seminário 10*, intitulado “A angústia”, Lacan (2005), ao tratar as diferentes modalidades de ato, afirma que a atuação é da ordem da evitação da angústia. Mais, ainda, alguma coisa no ato do sujeito, no chamado *acting out*, é orientada para o Outro, “uma mostração”, na medida em que quer dizer algo. Um ato simbólico que porta uma mensagem cifrada direcionada ao Outro, ou, segundo Lacan, o ato como uma fala por onde devemos “encontrar em um ato o seu sentido de fala, já que se trata para o sujeito, de se fazer reconhecer” (Ibid., p. 138).

Aqui cabe lembrar que, ao final do ano letivo do seminário sobre a angústia, Lacan foi expulso da IPA, Associação Internacional de Psicanálise, ato nomeado pelo psicanalista de “excomunhão”. Após sua expulsão, o autor funda, no mesmo ano, em 1964, a EFP, Escola Freudiana de Psicanálise, que carregaria a marca dessa ruptura e denunciaria a lógica hierárquica presente na IPA, bem como a impossibilidade estrutural de existir qualquer norma imanente ao inconsciente, sobre a qual uma regulação terapêutica pudesse se apoiar.

Liberada dos critérios de certificação prescritos pela IPA, a EFP levaria à abertura aos não-analistas, constituindo, assim, um elemento central de sua identidade e um dos seus princípios mais importantes descritos no programa apresentado como seu ato de fundação (Lacan, 2003). Desde o início, Lacan procurou privilegiar a marca da heterogeneidade cultural que já se revelava presente nos círculos da prática psicanalítica. Ademais, a conjuntura social

mostrava-se extremamente favorável à implantação de suas teses, em especial daquelas voltadas à recomposição das bases de sustentação do ensino freudiano (Ota, 2016).

Ainda, a estreita convivência com os jovens militantes dos grupos da esquerda extraparlamentar da época, notadamente os maoístas, e a assimilação de suas problematizações, fizeram do pensamento lacaniano e da EFP o espaço de objetivação de um discurso movido pela política e seus efeitos de engajamento, razão pela qual Lacan teria creditado à sua Escola um 68 antecipado (Ibid.).

Três anos após a fundação da EFP, em “O ato psicanalítico” (1967-1968), Lacan dedica um seminário ao tema com o propósito de fazer os analistas se interrogarem a respeito dos atos na prática clínica. Vicente (2004) afirma que o propósito do seminário, de cunho ético e político, diz respeito também à manutenção de uma psicanálise distanciada de procedimentos standardizados e aberta à contingência, promovendo a surpresa, o acontecimento.

Na sequência das lições do seu seminário, Lacan (1967-1968) afirma que o ato psicanalítico, aqui entendido como ato do analista, se mede pelas coordenadas simbólicas, em um efeito temporal na modalidade de um só-depois. A temporalidade do ato é a de um instante – instante que faz um corte e instala a dimensão mesma de um antes e um depois –, e que só poderá ser identificado a partir de seus efeitos, em um só-depois, ou seja, *a posteriori*.

Lacan toma o ato analítico na perspectiva de realização. Algo está em potência e lhe falta uma causa eficiente que o transforme em ato, que o faça atual. A dialética entre ato e potência implica, de um lado, uma dimensão de mudança e, de outro, uma dimensão temporal. Há um campo que permite situar um antes e um depois, ao tempo em que algo que era de uma maneira se transforma em outra. O que ressaltamos é que uma parte do simbólico quando emerge, cria seu próprio passado, gerando o equívoco de supor que estava ali desde sempre. O que nos leva a concluir que devemos situar o Outro, o simbólico, para ir além dele, ou seja, para ultrapassar as leis é preciso tê-las no horizonte. Tal dinâmica sem o ato seria impossível formular (Vicente, 2004, s/n).

Lacan (1967-1968), baseando-se na lógica do dispositivo analítico, define o ato analítico como o que toma o lugar de um dizer ordenando um fazer, ligado ao fato da determinação de um começo. Sendo pontual, contingente, atinge o sujeito no seu dizer ao responder a uma temporalidade que não é cronológica, mas lógica. Partindo da ideia de que o inconsciente é algo da ordem do não realizado, um passado que não se realizou (Costa, 2019), o psicanalista vislumbra o alcance do ato analítico justamente aí, nessa

hiância, no intervalo entre o que não existe e o que está prestes a existir, para que, nessa falta, a invenção de um saber possa operar.

Para tal, o analista deve intervir para interromper os ditos do analisante, fazendo existir o intervalo, para que a dimensão do saber e do desejo se coloquem. Contudo, o analista não sabe, *a priori*, quando fazer o ato. Este irrompe a surpresa na imprevisibilidade do ato mesmo, pois, “o que ressaltamos é que no instante do ato analítico, o inconsciente ex-siste para o analisante” (Vicente, 2004, s/n).

Se, como teorizado por Lacan, sobretudo a partir do seu último ensino, o sintoma não diz respeito somente ao sentido, à uma mensagem que deve ser decifrada, mas também ao gozo, algo que resiste à elaboração, na experiência analítica, o ato do analista visa substituir a verdade contida no dito do analisante, “contrariando o sentido na sua função de uso, pelo saber-fazer-aí com o seu sintoma, tocando o gozo” (Vicente, 2004, s/n).

Essa nova perspectiva teórica implica uma modificação na abordagem psicanalítica da interpretação. Esta passa a não nutrir o sintoma de sentido, mas, ao contrário, privá-lo. Ou seja, é sobre o sentido que ela opera, mas para reduzi-lo. Da mesma maneira, o ato analítico. Seja pela via do corte da sessão, da pontuação de um significante, de uma risada inesperada, de um espanto, da escrita de algo no decorrer da sessão etc., o ato analítico interrompe um movimento concernente ao sentido do sintoma e “reconduz o sujeito ao sem sentido do real, à opacidade de seu gozo e a perplexidade” (Ibid.).

A criação de situações: um ato analítico?

A vida do homem é uma sequência de situações fortuitas e, embora nenhuma delas seja exatamente semelhante a outra, são em sua imensa maioria tão indiferenciadas e insossas que dão a impressão de serem iguais. O corolário desse estado de coisas é que raras situações interessantes que conhecemos numa vida retêm e limitam rigorosamente essa vida. Devemos tentar construir situações, isto é, ambiências coletivas, um conjunto de impressões determinando a qualidade de um momento.

Guy Debord.

O situacionista definia a si mesmo como “indivíduo que se dedica a construir situações” (Internacional Situacionista, 2003a, p. 67). Este conceito de “situação”, que nomeia o grupo, vai buscar suas bases na “teoria dos momentos”, descrita por Lefebvre, e apoiar-se

em uma intenção de incorporar a vida cotidiana às reflexões sobre arte, lazer e vida urbana. A ideia de construir situações propõe que a vida cotidiana poderia incitar paixões que provocam um sentido de jogo no espaço urbano, onde, apesar da repetição de hábitos, abre-se sempre um espaço para o aleatório, o incontrolável, o apaixonante (Dias, 2007).

Desta maneira, partindo de conceituações propostas pela Internacional Situacionista, desenvolvo uma possível articulação entre a função/efeito da criação de situações e do ato analítico, como apresentado anteriormente. Já de acordo com a definição acima, se a ideia de construir situações abre um espaço outro, apesar da repetição de hábitos, podemos pensar que algo no próprio ato da situação levaria à produção de um corte, um antes e um depois, que poderia ter como consequência um efeito, ou, em termos psicanalíticos, um saber-fazer-aí na própria repetição do hábito? Algo da ordem de uma criação? Contudo, identificada somente *a posteriori*.

De acordo com a Internacional Situacionista (2003c), ao se pensar a inserção da situação na cidade, a própria situação previa a necessidade de um espaço específico para ocorrer. Além do espaço, “o ‘momento’ é, sobretudo, temporal, faz parte de uma zona de temporalidade, não pura, mas dominante. A situação, estreitamente articulada no lugar, é toda espaço-temporal” (Ibid., p. 122; grifo dos autores).

Assim como a criação de situações, que tem por consequência a criação de uma nova/outra relação com a cidade, o ato analítico também leva em conta a dimensão do espaço e do tempo. O espaço do *setting* analítico, por exemplo, articulado à vivência da transferência, permite ao analista fazer um certo cálculo do momento de se fazer o ato analítico, privilegiando a temporalidade do inconsciente do analisante, produzindo como efeito o corte na cadeia significativa que não cessa de repetir e introduzindo algo novo na temporalidade – vivenciado como um antes e um depois –, mas também no saber do sujeito sobre seu gozo.

Ainda em relação à dimensão temporal, “a situação é, concomitantemente, uma unidade de comportamento temporal. É feita de gestos contidos no cenário de um momento. Gestos que são o produto do cenário de si mesmos. Produzem outras formas de cenário e outros gestos” (Internacional Situacionista, 2003b, p. 62). Como apresentado na primeira parte do trabalho, o ato analítico, também pensado aqui como um gesto do analista, tal como o corte da sessão, a pontuação de um significante, uma risada inesperada, a expressão de espanto, a escrita de algo no decorrer da sessão, diz de um “comportamento temporal”, “no cenário de um momento”, ou seja, só tem seu efeito se realizado em uma situação específica da

sessão, a saber, um lapso de memória, um ato falho produzido na fala ou na comportamento do analisante etc.

“As técnicas situacionistas ainda precisam ser inventadas. Mas sabemos que uma tarefa só aparece onde as condições materiais necessárias à sua realização já existem, ou pelo menos estão em via de formação” (Debord, 2003a, p. 57). Sim, sem dúvida alguma, algo do ato analítico precisa ser inventado à cada vez, para cada um, de modo singular. Contudo, a transferência previamente estabelecida na relação analista-paciente se faz condição “material” necessária para a realização e a produção de efeito do ato analítico.

Em *Teoria da deriva*, Debord (2003b) tenta estipular alguns conjuntos de regras que deveriam ser exploradas para uma maior definição do campo de ação dos situacionistas. Apesar de tentar prever situações que fariam parte desta ou daquela deriva, demonstrando que para a sua execução a mesma teria de ser até certa medida planejada, o acaso e as interferências aleatórias deveriam ser, eles também, tomados como parte da exploração. Contudo, Debord afirma que

[...] a parte aleatória não é tão determinante quanto se imagina: na perspectiva da deriva, existe um relevo psicogeográfico das cidades, como correntes, pontos fixos e turbilhões que tornam muito inóspitas a entrada ou saída de certas zonas (Ibid., p. 87).

Assim, a base da psicogeografia estaria justamente na possibilidade real de estudar os efeitos psicogeográficos do espaço nas pessoas, aspectos estes que não se dariam de forma tão aleatória (Dias, 2007).

A afirmação de Debord me remete aqui ao Lacan de “A direção do tratamento e os princípios do seu poder” (1958/1998), texto escrito seis anos antes da sua expulsão da IPA. Naquela época, o psicanalista já interrogava a prática da psicanálise e os que a praticavam, tecendo importantes críticas aos analistas da associação. Ao fazer uso dos termos tática, estratégia e política no texto citado, termos habituais quando se fala em guerra e em jogos, Lacan considera que a “ação” do analista também não seria de toda livre.

Devido à transferência do analisante para com o analista, que através da atualização da realidade do inconsciente leva o analista a ocupar um lugar, Lacan (Ibid.) considera que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática. A estratégia, vinda pela transferência, não permite ao analista a liberdade de ocupar o lugar que bem entende no jogo transferencial, mas, por outro lado, ele pode e deve se valer de lances e táticas para a realização de suas intervenções, assim como no ato analítico.

Agora, a questão do fracasso ocorrido nas atuações situacionistas. Em escritos da Internacional Situacionista, aparecem

referências às derivas que não foram concluídas, ou que, devido a alguma interferência, não puderam ser aprofundadas. Segundo declarações dos autores, algumas derivas tomavam o caráter irreverente, havendo casos em que elas foram interrompidas por intervenção policial devido à transposição de territórios privados ou às questões políticas do momento na Europa (Dias, 2007).

Assim como na experiência analítica. Apesar de levarmos em conta a transferência previamente estabelecida, bem como um cálculo, acontece, por vezes, do ato analítico provocar resistência, transferência negativa, horror, entre outras coisas, fazendo com que o analisante interrompa temporariamente o tratamento, o abandone, ou procure outro analista. Dessa maneira, por mais que o ato analítico tenha tido seu efeito, não nos é possível acompanhar seus desdobramentos a partir do momento em que o analisante não retorna às sessões.

Por fim, a questão política. Sabe-se que uma das divisões da Internacional Situacionista culminou na separação do grupo, separação esta que teve como causa as discordâncias dos participantes em relação às pautas ligadas à arte e às relacionadas à política. Aqueles que seguiram a visão política viram os acontecimentos de maio de 1968 como uma consequência lógica da abordagem dialética da Internacional Situacionista (Dias, 2007). Efeitos de um ato, que introduz um antes e um depois, vivenciados também na modalidade temporal do *a posteriori*?

Considerações Finais

É sabido que tanto Freud quanto Lacan, ao fazerem da arte objeto de suas elucubrações, tomaram o cuidado de dizer que não se tratava de uma aplicação da psicanálise à arte, mas, inversamente, de uma aplicação da arte à psicanálise. Assim como o presente texto, a proposta não foi fazer uma aplicação da psicanálise à Internacional Situacionista, mas, sim, uma possível articulação entre a criação de situações e o ato analítico, sobretudo no que diz respeito aos seus efeitos sobre os sujeitos.

Mandil, em seu texto *Literatura e Psicanálise: modos de aproximação*, retoma a ideia de “aplicação”, no sentido de “uma incidência dos fundamentos de uma teoria sobre campos distintos daquele que lhe deram origem” (Mandil, 2005, p. 45). O autor nos lembra que, desde Freud, uma leitura mais atenta nos demonstra que o recurso literário de Freud jamais teve por objetivo reduzir uma obra ao ponto de mera ilustração dos conceitos analíticos. Ao contrário, segundo o autor, poderíamos afirmar que na obra haveria um saber do qual a psicanálise pode extrair algo sobre a prática

do inconsciente. Assim, caberia pensar a aplicação da obra sobre a psicanálise, naquilo que ela seria capaz de iluminar questões da prática analítica.

Referências

- Costa, L. A. O inconsciente é um passado que não se realizou: o percurso topológico inconsciente do determinismo ao Nachträglich. (Tese de Doutorado). *Programa de Pós-Graduação em Psicologia*, Universidade Federal de Minas Gerais. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31291/1/Loren%20Alyne%20Costa%20-%20Tese%20de%20doutorado%20impress%C3%A3o.pdf>
- Dias, J. M. M. O grande jogo do porvir: a Internacional Situacionista e a ideia de jogo urbano. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, 2007.
- Debord, G. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional [1957]. In: *Apologia da Deriva*: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a.
- Debord, G. Teoria da deriva [1958]. In: *Apologia da Deriva*: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b.
- Freud, S. Recordar, repetir e elaborar [1914]. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- Internacional Situacionista. Definições [1958]. In: *Apologia da Deriva*: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a.
- Internacional Situacionista. Questões preliminares à construção de uma situação [1958]. In: *Apologia da Deriva*: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b.
- Internacional Situacionista. Teoria dos momentos e construções de situações [1960]. In: *Apologia da Deriva*: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003c.
- Lacan, J. A direção do tratamento e os princípios do seu poder [1959]. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- Lacan, J. *O Seminário, livro 10. A angústia (1962-1963)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.



Lacan, J. O ato de fundação [1964]. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Lacan, J. *O Seminário, livro 15. O ato psicanalítico* [1967]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Inédito.

Mandil, R. Literatura e Psicanálise: modos de aproximação. *Aletria*, Belo Horizonte, vol. 12, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17997>

Ota, N. K. A psicanálise como paráfrase política: École Freudienne de Paris e a etificação da teoria lacaniana. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, vol. 39, n. 4, 2016.

Vicente, S. O ato analítico. In: *Cógito. Publicação do Círculo Psicanalítico da Bahia*. Salvador, v. 6, 2004.